

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO

Ano 5 • Número 37 • R\$ 7,00



ESPORTES

Iniciativas que
mantêm a saúde
do município
em dia

MUNICÍPIOS PAULISTAS ESTÃO ENTRE OS MELHORES IRFS DO PAÍS

CONGRESSO
ESTADUAL DE
MUNICÍPIOS
Santos sediará
52ª edição
do evento



CARLOS O.

ENTREVISTA: PAULO ZIULKOSKI FALA SOBRE O RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS E FUTURAS AÇÕES DA CNM



A importância dos congressos



QUANDO HÁ MAIS de 15 anos, no ano de 1993, como prefeito de São Manuel, participei do 37º Congresso Estadual de Municípios, em Serra Negra, apresentei tese para que o Governo Federal criasse mecanismos de correção nos recursos repassados pelo SUS. Naquela época tínhamos inflação e com o demorava 2 meses para o dinheiro chegar, quando chegava estava defasado em 20, 30 ou 50%.

Graças ao controle inflacionário, este problema foi solucionado. Porém, com o participante das seções plenárias, não pude deixar de notar uma participação expressiva de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores do Vale do Ribeira, que traziam um pedido para não dizer um ultimato de urgência para a construção da barragem do Tijucão Alto.

A justificativa era e é muito plausível, pois com a barragem muitos municípios não teriam que sofrer com as enchentes nos períodos de chuva, pois sem a barragem, toda queda d'água era sinônimo de enchentes e desespero para diversos municípios daquela região.

Nos congressos subsequentes continuei a testemunhar o calvário das lideranças políticas do Vale do Ribeira, sempre apresentando nas seções plenárias a tese da construção da barragem do Tijucão Alto. E sempre solicitando que o pedido constasse da Carta do Congresso e que fosse encaminhado para os órgãos competentes. O que sempre ocorreu!

Sempre escutei que: É preciso combater o bom combate! Que devemos acreditar em nossos sonhos e lutarmos para que se realizem! E que nunca podemos perder as esperanças! Acredito nessas afirmações, e acredito que elas se realizam quando os benefícios são para todos.

Após mais de 20 anos de lutas, o IBAMA autorizou a construção da barragem do Tijucão Alto. A notícia foi tema dos principais veículos de comunicação do País. Enfim, após sonhar, lutar, acreditar, esta obra será uma realidade.

Não posso aqui deixar de externar minha satisfação pessoal de ver uma matéria ser debatida por tantos anos em nossos Congressos e agora tornar-se realidade. Sei que apenas o debate e as reivindicações feitas durante nossos Congressos não seria suficiente para a aprovação desta barragem. Porém acredito plamente que todas as correspondências por nós enviadas, nossa participação decisiva no CONSEMA, todo o apoio que a APM deu a essa tese, ajudaram na efetivação da autorização para a construção do Tijucão Alto.

Faço esse relato por acreditar no movimento municipalista e principalmente por acreditar na importância dos nossos Congressos. Os Congressos da APM são sem sombra de dúvida o momento de reunirmos os representantes dos municípios para debatermos e propormos soluções que ajudem as gestões públicas municipais.

O caso do Tijucão Alto é apenas um dos muitos que já foram propostos, debatidos e concretizados através dos nossos Congressos. Por isso que mais uma vez convido a todos os municipalistas a participarem deste momento único para os municípios paulistas. Precisamos estar unidos defendendo nossas bandeiras e nossos ideais.

Saudações Municipalistas!

A luta continua!

MARCOS MONTI
Presidente da APM

Associação Paulista de Municípios
Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE
Marcos Monti
1º VICE-PRESIDENTE
José Luiz Rodrigues
2º VICE-PRESIDENTE
Welson Gasparini
3º VICE-PRESIDENTE
Rubens Furlan
4º VICE-PRESIDENTE
Marcos José da Silva

SECRETARIA – MEMBROS

DIRETORES
SECRETÁRIO-GERAL
Antonio César Simão
1º SECRETÁRIO
Dr. Hélio de Oliveira Santos
2º SECRETÁRIO
Sebastião Misiara
3º SECRETÁRIO
Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL
Carlos Alberto Cruz Filho
1º TESOUREIRO
José Ademir Infante Gutierrez
2º TESOUREIRO
Antonio Francelino
3º TESOUREIRO
João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE
Sckandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE
Antonio Sérgio Baptista



8 ENTREVISTA

Paulo Ziulkoski fala sobre as mudanças nos impostos e a importância de lutar pelo bem comum



14 IRFS

Índice de Responsabilidade Fiscal e Social aponta municípios que melhor desempenharam seus papéis



20 ELEIÇÕES 2008

Durante seminário advogados especialistas em Direito Público pediram cautela em ano de eleições municipais

24 CONGRESSO

52º Congresso vem para fortalecer o movimento municipalista

30 ESPORTE

Esporte é um importante mecanismo para a melhoria da educação, saúde e até da segurança

34 LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Laranjal Paulista

35 TCE

36 ANIVERSARIANTES DE MÊS

Março e Abril

38 HOMENAGEM

Projeto de Lei dá a denominação de Chopin Tavares de Lima à FUR

40 PÁGINA DA HISTÓRIA

44 ENTIDADE REGIONAL

Associação dos Municípios da Araraquarense

46 IPT

48 ATIVIDADES APM

50 CASOS E CAUSOS

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



REDAÇÃO

EDITORA
Camila Plati
municipiosdesaopaulo@gmail.com
EDIÇÃO DE ARTE
Rogério Lobato Loconte
rogerio.loconte@gmail.com

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

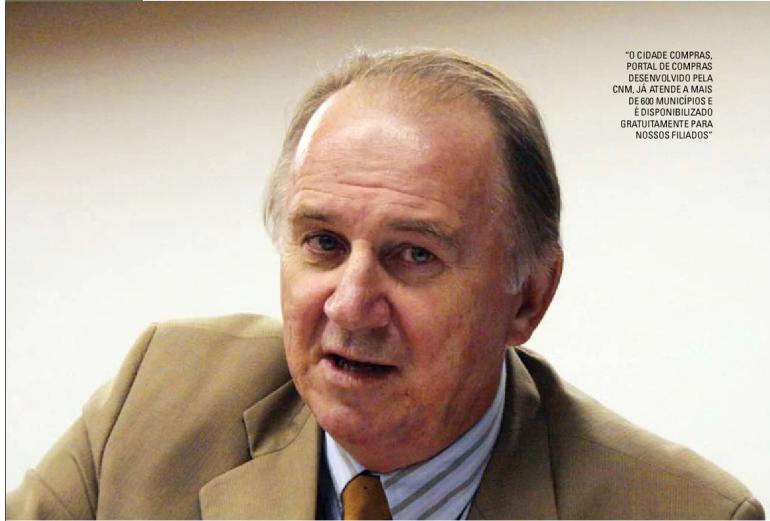
FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Tel.: (11) 2165-9999 –
Fax: 2165-9986
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
ouvidoria@apaulista.org.br
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Março/2008

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



"O CIDADE COMPRAS, PORTAL DE COMPRAS, DESSENCOLVIDO PELA CNM, JÁ ATUA DE A MELHOR MODO. O MUNICÍPIO É DISPONIBILIZADO GRATUITAMENTE PARA NOSSOS FILIADOS"

Setor de serviços cresce e aumenta arrecadação dos municípios

A menos de um mês da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Paulo Ziulkoski fala sobre as mudanças nos impostos e a importância de lutar pelo bem comum

Por Daniella Turano

QUALQUER administrador de partes que compõem uma metrópole sabe o desafio de seu trabalho. Para o advogado gaúcho Paulo Ziulkoski, o desafio é ainda maior: lidar pelos direitos e deveres de outros diversos administradores. Ziulkoski entrou na política como presidente do setor jovem do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Estadual, assumindo em seguida a Presidência Nacional.

Em janeiro de 2003, a convite do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, passou a integrar o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), importante órgão ligado à Presidência da República na formulação de políticas para o combate da fome, como por exemplo, o Programa Fome Zero.

Foi prefeito reeleito de sua cidade natal, Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul, com 90% de aprovação pela população.

A frente da CNM desde 2006, atua fortemente em defesa dos 5.562 municípios do País, de forma independente do poder central, em parceria com entidades estaduais. Ziulkoski encara o desafio e diz estar preparado para enfrentar o que for preciso, em entrevista à Revista Municípios de São Paulo:

Qual foi o panorama de 2007 para os municípios?

Os últimos anos têm sido de importantes avanços para o movimento municipalista, especialmente no que se refere ao aumento da transferência de recursos para os municípios. O grande destaque nessa questão, sem dúvida nenhuma, foi a consolidação do aumento de 1% na destinação do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para a base do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que já significou um repasse adicional em dezembro de 2007 de cerca de R\$ 460 milhões a mais para os municípios brasileiros e significará cerca de R\$ 2,1 bilhões em 2008. Para São Paulo esse incremento significou cerca de R\$ 65 milhões em 2007 e em 2008 será de cerca de R\$ 300 milhões. Além dessa importante conquista, que já era uma bandeira do movimento há quatro anos, avançamos em outros projetos importantes como o que altera as regras de licitações, no que regulamenta o investimento dos três níveis de governo em Saúde, no

que busca resolver o impasse na questão dos precatórios, todos com expectativa de terem as suas votações concluídas em 2008. Também debatemos a Reforma Tributária com o Ministério da Fazenda, onde defendemos a preservação do ISS como imposto municipal por tratar-se de nosso principal tributo. Além disso, tivemos uma atuação destacada na regulamentação da implantação do Simples Nacional, por meio da qual conseguimos reduzir as eventuais perdas de arrecadação provocadas pela nova legislação.

Quais as expectativas para esse ano?

A grande expectativa para 2008 é a votação da proposta da Reforma Tributária que foi encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional no dia 28 de fevereiro. Em se tratando de um ano eleitoral, o que gera dificuldades na tramitação de matérias polêmicas no Congresso Nacional no segundo semestre, vamos pressionar para que a reforma avance ainda no primeiro semestre. Existem na proposta original do governo pelo menos dois pontos de interesse para os municípios, a municipalização da competência do ITR e a alteração dos critérios de distribuição do ICMS entre os municípios, com a retirada do peso de 75% para o Valor Adicionado na composição do índice da Constituição Federal.

Quais setores têm colaborado mais para o desenvolvimento dos municípios?

O setor de serviços tem se mostrado o mais dinâmico na economia do País já há alguns anos, e graças à aprovação da Lei Complementar N° 116/2003, onde trabalhamos para ampliar e modernizar a lista de serviços tributados pelo ISS, os municípios têm conseguido se apropriar do crescimento desse setor da economia, convertendo o mesmo em aumento de arrecadação, tanto que entre 2002 e 2006 a receita do ISS cresceu em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, 66%, bem mais do que os 48% que cresceram as transferências federais ou os 42% que cresceram as transferências estaduais. Na minha opinião, essa foi a maior conquista do movimento municipalista na última década e tais conquistas somente são viáveis com a demonstração de união dos municípios nas Marchas a Brasília.

A grande expectativa para 2008 é a votação da proposta de Reforma Tributária que foi encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional no dia 28 de fevereiro

Quais os principais projetos da CNM para esse ano?

Além do trabalho político, a CNM pretende focar este ano na orientação e capacitação dos gestores para que os mesmos não cometam erros técnicos em seu último ano de administração, uma vez que 95% dos casos apontados pela Controladoria Geral da União – CGU como irregularidades cometidas pelos prefeitos são na verdade erros técnicos no preenchimento de prestações de contas, na realização de licitações, entre outros, sendo que no último ano de mandato as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e os cuidados que devem ser tomados em função da Lei Eleitoral. É nossa preocupação que o gestor evite ter problemas com os tribunais de contas e o Ministério Público após o término de seu mandato, onde as chances de ele se defender condignamente são bem menores.

Como está sendo a implantação do Simples Nacional?

A nossa atuação no Comitê Gestor do Simples tem sido no sentido de suprir através da regulamentação algumas falhas ou lacunas existentes na Lei Complementar nº 123. Na nossa opinião, a principal falha foi a existência de um prazo de transição compatível com as transformações impostas pela nova legislação. Um exemplo é a necessidade de todos os municípios estarem dotados de certificação digital para poderem exercer na plenitude a fiscalização e o controle do pagamento de tributos pelas empresas registradas em seus territórios através do simples. Até o momento, menos de 20% dos municípios brasileiros estão dotados de tal ferramenta e por isso buscamos ganhar mais prazo para que através de outros controles de acesso mais simplificados consigam cumprir com as suas responsabilidades. Mais uma vez atuamos em duas linhas: representando os interesses dos Municípios na regulamentação do simples e capacitando os gestores através de cursos sobre o Simples Nacional.

Como ficou a questão da verba da Saúde (Emenda 29)? O valor destinado será

suficiente para suprir as necessidades dos municípios?

A Emenda Constitucional Nº 29/2000 vinculou os recursos dos três entes federados à Saúde. Os municípios tiveram de ampliar gradativamente o seu investimento de forma que a partir de 2004 todos deveriam aplicar ao menos 15% nessa área. Os Estados da mesma forma teriam de aplicar 12% no mínimo em Saúde a partir de 2004. E a União teria de aplicar em 2000 ao menos 5% a mais do que em 1999 e a partir daí aplicaria o aumento nominal do PIB, até 2004, quando o Congresso deveria ter regulamentado a Emenda Constitucional. Isso até agora não ocorreu. Fazendo um balanço das contas públicas de 2006, últimas disponíveis, verificamos que 97,95% dos municípios aplicaram o mínimo constitucional, e na soma dos recursos aplicados pelos municípios os mesmos aplicaram 30% em média a mais do que o mínimo estabelecido pela Emenda Nº 29. Já os Estados, apenas 9 dos 27 aplicaram o mínimo de 12%, considerando-se a Resolução Nº 322, do Conselho Nacional de Saúde, que define o que pode ser considerado como despesa. Já a União, ao corrigir o PIB brasileiro no ano passado, gerou um déficit na sua aplicação de recursos para a Saúde, que para 2008 está estimado em quase R\$ 6 bilhões, ou seja, a União não cumpre nem ao menos a regra da Emenda Nº 29, que para ela é menos rígida para Estados e Municípios. Nesse sentido vamos insistir para que o Congresso vincule 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde, de forma a que os critérios sejam iguais para os três entes e futuramente para que isso se dê com celeridade, uma vez que a regulamentação definirá também o que pode e o que não pode ser considerado como gasto em saúde, evitando desculpas dos Estados para o não cumprimento do limite mínimo.

Para se ter uma ideia, o incremento de recursos da Saúde, somando-se o que a União e os Estados terão de aportar a mais com essa regulamentação, teremos mais R\$ 20 bilhões para esse setor da administração pública que tem uma carência sem fim de recursos.

Sobre os Nasfs, como está sendo a implantação?

A CNM pretende focar este ano na orientação e capacitação dos gestores para que os mesmos não cometam erros técnicos em seu último ano de administração

OBRIGADO POR MAIS ESTE PRÊMIO.

AUTOVIAS. 2 PRÊMIOS SOCIOAMBIENTAIS EM 2007.



Como parte de suas ações de Responsabilidade Social, a AutoVIAS investe em reforrestamentos, manutenção, conservação e preservação de recursos hídricos. A preservação do Aquífero Guarani faz parte deste processo. Ele é o maior aquífero conhecido do mundo.

Este projeto também foi premiado pela AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), como o melhor na categoria Responsabilidade Social.



A AUTOVIAS FOI A VIENA E A ÁUSTRIA BUSCAR O TOLL EXCELLENCE AWARD 2007 DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IBTTA (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PONTES, TÚNEIS E AUTOPISTAS), QUE PREMIOU A REALIZAÇÃO DO SEU PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE "VIA DAS ÁGUAS". ISTO CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE CENTENAS DE BACIAS DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS AO LONGO DE SUA MALHA VIÁRIA. ESTE PROJETO PRESERVA NASCENTES, ÁREAS DE MANANCIOS E CURSOS D'ÁGUA. AS BACIAS DE CONTENÇÃO ARMAZENAM A ÁGUA DA CHUVA QUE VEM DAS RODOVIAS E ÁREAS PRÓXIMAS, REDUZINDO A VELOCIDADE SOBRE O SOLO E PERMITINDO SUA INFILTRAÇÃO. ASSIM OCORRE A RECARGA DO AQUÍFERO GUARANI. EVITA-SE O REBAIXAMENTO DO LENÇOL FRÁTICO, A EROSÃO DO SOLO E SEU CONSEQUENTE CAIREMENTO AO LONGO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM.



Fale com a AutoVIAS: 0800 707 9000 - www.autovias@autovias.com.br

É mais um programa da União, e como todos ou outros trazem em seu mérito uma iniciativa brilhante que vai ao encontro dos anseios da população, que permitirá um trabalho mais qualificado na área de Saúde e contribuirá para a melhoria da qualidade de vida de nossa população. Mais uma vez o problema está no financiamento. Apesar de não parecerem valores significativos, R\$ 20 mil por mês por equipe, o município terá de contratar com esse valor cinco profissionais de nível superior, além de manter uma estrutura física e pessoal de apoio a esse pessoal, além de ter de investir em equipamentos sem os quais esses profissionais não terão como desenvolver as suas atividades, além de arcar com os custos previdenciários e sociais das contratações. Ou seja, terão de dar uma contrapartida alta. Acredito que o custo de manter uma equipe dessas seja de quase R\$ 40 mil por mês, assim os municípios, que já investem mais do que podem em Saúde, estarão custeando 50% do programa nacional. Acabarão com o prefeito pagando a conta e o ministro fazendo a propaganda. Defendemos a criação de programas como esse que contribuam para a melhoria da Saúde da população, mas que isso se dê por lei, aprovada no Congresso Nacional, e não por resolução ou decreto do governo federal, e que nessa lei tenhamos claras as responsabilidades de cada um, a forma de financiamento e reajuste dos valores repassados, além da garantia de perenidade dos mesmos.

Sobre a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quantos participantes são esperados este ano?

Nossa expectativa para a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorrerá no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, de 15 a 17 de abril, é de superarmos o público do ano passado de 4,5 mil municipalistas presentes, entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários, vereadores e lideranças. A presença do presidente Lula já foi assegurada, bem como a do presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves, além de ministros, senadores, deputados federais e estaduais e governadores.

Quais as principais reivindicações?

As principais reivindicações serão os pro-

jetos em tramitação no Congresso Nacional, que impactam os municípios e que precisam ter uma maior celeridade na sua aprovação. O principal deles será, sem dúvida, o de Reforma Tributária, ao propor o fim da guerra fiscal entre os Estados, recuperará os repasses de ICMS para os municípios, tendo um impacto estimado em R\$ 6 bilhões a mais para os municípios a médio prazo. Além disso, esse projeto irá transferir a competência tributária do ITR para os municípios, que poderão principalmente os agrícolas, ter uma forma de incrementar as suas receitas próprias. Também tem a alteração no peso do Valor Adicionado Fiscal no índice de retorno do ICMS, poderemos promover uma distribuição mais equânime de recursos entre os municípios. Além da reforma, há tempos aguardamos a aprovação da PEC Nº 12/2006 que encaminha a solução para os problemas que os municípios enfrentam com os Precatórios. A regulamentação da Emenda Constitucional Nº 29, através da aprovação do PLP Nº 121/2007, também é uma expectativa. Lutaremos também pela construção de uma lei de licitações mais moderna e ágil, pela regulamentação do processo de criação e fusão de municípios, pela definição de um piso salarial do magistério que possa efetivamente ser pago pelos municípios, pela definição de um sistema de resarcimento pelo transporte escolar de alunos da rede estadual, entre outros.

No final do mês de março, acontecerá o Congresso Estadual de Municípios. Qual a importância desse evento?

As mobilizações promovidas pelas entidades são fundamentais para a unificação do discurso municipalista, para a priorização de projetos que devem ser defendidos tanto no âmbito nacional, como especialmente em nível estadual. Nenhum evento chega à sua 52ª edição, com a força do congresso paulista, sem ter garantido conquistas e avanços significativos. A união dos prefeitos de São Paulo em torno da APM é fundamental para que possam pressionar o governo estadual e a Assembléia Legislativa para o atendimento dos interesses dos municípios, que são, em última instância, os anseios da população. •

Atuamos em duas linhas: representando os interesses dos municípios na regulamentação do simples e capacitando os gestores por meio de cursos sobre o Simples Nacional

Municípios equilibrados

IRFS aponta municípios que melhor desempenharam seus papéis, porém confirma deficiências no equilíbrio entre gestão, fiscal e investimentos sociais

Por Daniella Turano

DESDE QUE ENTROU em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios começaram a ser avaliados pelo cumprimento – ou não – dessas regras, pelos órgãos de fiscalização, imprensa e até pela população em geral. Logo nos primeiros anos, a Confederação Nacional dos Municípios passou a acompanhar o esforço empreendido pelos gestores municipais e observou que o enquadramento fiscal estava se dando, especialmente, em detrimento dos investimentos na área social. Para avaliar se essa observação estava correta, foi criado o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão: “Foi uma forma encontrada para provar que um município so-

mente está realmente bem quando consegue conciliar uma gestão fiscal responsável com o atendimento das demandas da população por serviços públicos de saúde, educação e infra-estrutura de qualidade”, explica Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação. Este índice é decomposto em três subíndices: o fiscal, que avalia o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao limite de endividamento, o gasto com pessoal e a suficiência de caixa, capacidade de honrar com os chamados restos a pagar; o de gestão, que avalia as despesas com custeio da máquina pública dos municípios, os investimentos com recursos



CARDOSO



VISTA AÉREA DE ORINDIÚVA, PRIMEIRA COLOCADA NO IRFS 2006

próprios e os gastos com o legislativo; e a questão social, que avalia educação e saúde. Na educação, é considerado o gasto próprio na área, a taxa de matrícula, o número de crianças na escola em relação à população, evasão escolar e número de professores municipais com curso superior. Na saúde, é avaliado o gasto próprio na área, a mortalidade infantil, a cobertura vacinal e a média de consultas médicas.

A última edição do IRFS, divulgada recentemente, apresenta resultados obtidos entre os anos de 2002 e 2006. A principal fonte de dados do estudo são os balanços municipais consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional no relatório FINBRA (Finanças do Brasil).

De acordo com a Confederação, o endividamento médio dos Municípios tem permanecido bem abaixo do limite máximo da LRF, oscilando entre 4% e 8% apenas da Receita Corrente Líquida (RCL). Já a situação de insuficiência de caixa evoluiu de 2002 e 2003, período em que tinham mais restos a pagar do que disponibilidade de caixa, para uma situação de sobra de caixa entre 2004 e 2006. Isso não significa que não haja municípios no vermelho, infelizmente, mas em média possuem sobre de 3,4% da RCL.

O gasto de pessoal apresentou crescimento em 2006, atingindo média de 45,78% da RCL. Bem abaixo do limite máximo permitido pela LRF, que é de 60%. O resultado primário foi negativo na maioria das prefei-

turas em 2006. O resultado médio foi de um pequeno déficit de 0,45% da RCL. O custeio da máquina administrativa apresentou leve aumento para 24,1% da RCL. A taxa de investimento cresceu para 11,55% da RCL em 2006, entretanto, o custo dos Legislativos municipais também cresceu em neste ano, de 4,23 para 4,43%.

O que explica a melhora no Índice Social são os gastos médios com educação e saúde, que aumentaram na proporção da RCL



PREFEITO DE VALENTIM GENTIL, LIBERATO CALDEIRA



PREFEITA DE ITAJOBI, CATIA CARDOSO

em 2006. Vale destacar que o aumento de professores com nível superior foi de 26%, segundo o Inep/MEC.

OS MELHORES DO ANO DE 2006 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Entre os cem melhores classificados no índice geral, a maioria (41) pertence ao Estado de São Paulo. No quesito fiscal, 25 são paulistas, e no social, 41. Além de obter o maior índice desde anno (0,664), o município de Orindiúva teve a melhor média entre 2002 e 2006. A medida significa que, mais do que se destacar em um anno particular, o município manteve regularidade em sua performance e bom desempenho geral em todas as áreas avaliadas pelo IRFS, o que é justamente o objetivo da gestão equilibrada: "O IRFS aponta as deficiências da gestão, permitindo ao prefeito melhorar seu trabalho em função deste diagnóstico, além de servir como estímulo para os gestores. E foi exatamente o que fizemos. Identificamos os problemas e passamos a buscar resultados positivos na solução dos mesmos", conta o prefeito de Orindiúva, Darlei Queiroz de Oliveira, que já planeja, este anno, aprimorar investimentos para o desenvolvimento de cidadãos sem a preocupação de atingir posição confortável no ranking nacional. "Mas se acontecer será bem-vinda", conclui. O segundo município paulista mais bem colocado no ranking geral foi Valentim Gen-



PREFEITO DE BADY BASSITT, AYRTON REGO



PREFEITO DE PIEDADE, JOSÉ TADEU DE RESENDE

til, com 0,648. Segundo o prefeito, Liberato Rocha Caldeira, o município segue um planejamento, obedecendo a LRF, mas priorizando setores que atendam aos anseios da população: "Na saúde, por exemplo, embora o previsto seja atingir 15% do orçamento, investimos entre 30% e 35%. Oferecemos atendimento 24 horas, com médicos, enfer-



PREFEITO DE GARÇA, JOSÉ ALCIDES FANECCO

meiras, ambulâncias e medicamentos gratuitos. Na educação, além do nível de ensino equivalente às melhores escolas particulares - o Município foi congratulado em Brasília, pelo Ministro Fernando Haddad, da Educação, por estar em sétimo lugar em qualificação de ensino - as crianças são buscadas em casa, ganham material, recebem merenda especial, tratamento médico e dentário, e outros benefícios. No social, além dos programas estaduais e federais, aplica-se uma série de projetos visando a tirar a criança da rua". É gratificante ser reconhecido, mas o mais importante é que a população sente, percebe que os serviços prestados e as obras construídas as atendem, afirma o prefeito que já está executando novos projetos a fim de melhorar ainda mais no ranking. Entre os projetos, está a ampliação de atendimento no setor de saúde, transformando a Unidade Básica de Saúde em Hospital Municipal e maternidade; a disponibilização de exames antes não atendidos; a ampliação do número de salas de aulas e consequentemente o número de vagas; projetos que serão implementados nas escolas municipais Vicente Santoro e Aírton de Medeiros; e a oficialização da cooperativa das costureiras. Governar para a população, com trabalho de equipe e, principalmente, com seriedade e responsabilidade de todos os servidores envolvidos, fazendo com que cada centavo dos recursos públicos chegue ao seu destino integralmente. Esse é o segredo do sucesso do município de Itajobi, com 0,628, terceiro lugar no ranking geral: "Esse desempenho é fruto daquilo que lutamos diariamente para atingir", explica a prefeita Catia Rosana Borcio Cardoso. Na área da Saúde, Itajobi atua na prevenção. Foram instaladas unidades do Programa da Saúde da Família (PSF), um moderno e equipado Centro Municipal de Fisioterapia, e a cesta básica de remédios foi ampliada de 40 para 120 itens. Na área da Educação, o município adotou o método apostilado para todos os alunos e assumiu a educação de 1^a a 4^a série e 5^a a 8^a no Distrito de Nova Cardoso. No esporte, foi resgatada a prática esportiva na cidade, principalmente com a implantação das escolinhas e a construção de quadra: "Hoje, Itajobi é destaque no esporte a nível estadual", diz a Prefeita. "Também criamos projeto para atendimen-



PREFEITO DE CERDILHO, ALDOMIR SANSON

to de crianças de 07 a 14 anos em período adiante ao horário escolar, proporcionando, além reforço, aulas de informática, atividades esportivas e culturais".

Para este anno, Catia Rosana pretende manter todos os programas em andamento e investir em moradia popular, através de convênio com o CDHU: "Será implantado conjunto habitacional ITAJOBI VI, com 122 Unidades", conta.

PROBLEMAS QUE VIRAM SOLUÇÕES

O quarto colocado do Estado no índice geral é Bady Bassitt, com 0,626, que transformou o problema do crescimento desenfreado, devido ao grande interesse por investimentos imobiliários graças a proximidade do município com São José do Rio Preto, em solução: "Utilizamos essa peculiaridade como vetor de desenvolvimento sustentado, criando a figura dos 'condomínios Horizontais', viabilizando parcerias com a iniciativa privada, através das quais foram recebidas em doações áreas domínias de acordo com a proporção do empreendimento", explica o Prefeito Ayrton da Silva Rego. "Ademais, os empreendedores também contribuem para construções de equipamentos Sociais ou Comunitários, que somados a uma atuação incisiva junto aos demais entes federativos pela transferências voluntárias de recursos (convênios) que propiciaram a construção de infra-estrutura urbana, além dos aludidos

equipamentos, cujas obras e serviços públicos, vêm refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população e fortalecimento dos laços de cidadania", diz.

A sequência da colocação no índice geral do IRFS estão Piedade e Garça (0,623).

Na Administração do Prefeito de Piedade, José Tadeu de Resende, foi reeditado o Código Tributário do Município, adequando-as as questões tributárias atuais através do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicas (Pmat), modernização no setor da receita com a aquisição de novos equipamentos e softwares; a intensificação do setor de fiscalização, principalmente nos setores imobiliários (que tratam da regularização de imóveis) e mobiliários (que tratam da regularização das empresas). Uma das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal é o aumento da arrecadação de tributos municipais, que significa uma elevação no índice de participação do município pelo Governo do Estado para o repasse da cota do ICMS: "Promovemos recadastramento imobiliário e realizamos um ótimo gerenciamento do dinheiro público, que foi aplicado corretamente nas áreas básicas, sendo utilizado de forma consciente. A fim de melhorar ainda mais, já temos um projeto para implantação de um sistema de geoprocessamento que facilitará o cadastramento de imóveis, além de possibilitar uma radiografia geral do município, onde poderão ser identificadas as carências para as devidas realizações de melhorias", afirma o Prefeito.

O município de Garça, que há sete anos investe em oferecer melhor infra-estrutura dentro de sua realidade orçamentária, ficou em sexto lugar no índice geral e obteve a melhor colocação do Estado no índice fiscal (0,521): "Apenas cumprimos a Lei, que muitas vezes é criticada. No entanto, essa Lei permite que os governos municipais não ampliem dívidas e criem situações inviáveis no que diz respeito à gestão, obtenção de financiamentos e liberações de crédito. Para a Prefeitura de Garça é um orgulho estar em primeiro lugar no ranking fiscal. Isso demonstra que o trabalho vem sendo executado no caminho correto", afirma o Prefeito Municipal de Garça, José Alcides Faneca.

ENFOQUE EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE

A administração de Cerquilho (0,619), sétimo lugar no índice geral do ranking do Estado, procurou dar um enfoque empresarial no setor público, o que, segundo o Prefeito Aldomir José Sanson, foi primordial para a melhoria das condições das contas do município.

Já em 2004, o município de Cerquilho figurou entre os dez primeiros colocados no país. A repetição em 2005, com o desempenho ainda melhor, representa o resultado positivo das ações implementadas na esfera pública: "O investimento responsável de 30% na área da Educação e 22,5% na área da Saúde, são consequências do resultado obtido. Só para ilustrar, a colocação do município como 54º do país, com referência ao PIB (fonte estatística – IBGE), também demonstra a boa situação da população no município", diz o Prefeito. "A colocação no ranking reflete a seriedade com que é tratada a administração pública e representa o reconhecimento pela forma de gerenciamento implantado no município", conclui.

Segundo Aldomir, muitas ações contribuíram para isso: o incentivo através de prêmios para pagamento do IPTU, Lei de Incentivo à instalação de novas indústrias; a implantação de programas como "Requalificação Profissional", "Mão de Obra Certa", "Cursos Profissionalizantes"; os investimentos nas áreas de Educação e Saúde e outras diversas ações de menores vultos contribuíram também para a eficácia da gestão social e responsabilidade fiscal, que proporcionaram à Cerquilho um índice destacado no Estado e no País.

Em sua primeira gestão como Prefeito, embora tenha participado apenas dos dois últimos anos dessa coleta de dados, Antonio Pavarini de Matos, sente-se orgulhoso pelo município de Santa Albertina (0,612) ter ficado em oitavo lugar no índice geral: "É uma honra ter contribuído para que nosso Município assim se despongasse. Gastar somente o arrecadado é o nosso lema, além de aumentar o quadro de pessoal somente dentro das demandas de atendimentos essenciais e necessários aos municípios observando os limites de gastos com pessoal em relação as receitas correntes líquidas. O IRFS vem nos estimular, motivar e incentivar para estes propósitos", diz.



PREFEITO DE SALES, GENIVALDO CHAVES (NI BAIÃO)



PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, EDUARDO CURY

Na área da educação, Santa Albertina integrou creche/escola com a construção de uma nova creche, além de valorizar os professores da rede municipal melhorando os salários base e as condições das escolas com reformas. Também foi investido na qualidade da merenda escolar e transporte dos alunos: "Ainda pretendemos municipalizar a Educação de 1ª a 4ª séries com os mesmos propósitos", explica o prefeito.

Na área da Saúde, além dos investimentos em equipamentos e transporte, os médicos e demais profissionais também recebem a seriedade com que é tratada a administração pública e representa o reconhecimento pela forma de gerenciamento implantado no município", conclui.

São José dos Campos (0,610) adota o procedimento de não fazer endividamento público, aproveitando o crescimento da receita e o superávit para quitar suas dívidas. Desta forma, São José tem conseguido superávit em função do crescimento da receita, adotando um rigoroso controle da despesa. O município busca conter o crescimento de pessoal com aumento de produtividade e o incremento constante da utilização de novas tecnologias: "Se olharmos quais são os municípios que estão nos primeiros lugares, vamos perceber que são municípios pequenos, nos quais é possível fazer uma administração meticolosa, entre a arrecadação e a despesa. Significa que estamos tendo um desempenho na mesma circunstância, de administração detalhada e controlada. É muito gratificante estar semelhante a esses municípios. Também estamos satisfeitos porque São José dos Campos é o segundo município fiscal do Estado de São Paulo, isso é muito gratificante", destaca o prefeito, Eduardo Cury, que pro-

mete manter os procedimentos adotados até então, que se mostraram corretos e eficazes.

A cidade de Sales (0,608) foi a décima do Estado no ranking geral, e a quinta da região de São José do Rio Preto, com o melhor IRFS. Para o Prefeito de Sales, Genivaldo de Brito Chaves (Ni Baião), o sucesso é baseado na responsabilidade do trabalho em equipe: "É preciso ter controle das finanças, não gastar mais do que se arrecada, trabalhar com planejamento e metas", diz. "Estamos aplicando 23% na saúde, quando o governo pede apenas 15%. Na educação, estamos aplicando cerca de 28/29%. O desenvolvimento do cidadão depende do conjunto. Para ter uma boa educação é preciso ter boa saúde e para ter boa saúde é preciso ter boa educação. Todos os fatores caminham juntos", destaca o prefeito. "Muitas pessoas não entendem, mas temos que acabar com o paternalismo. É uma questão de critério", finaliza. De acordo com o IRFS, é possível observar que, no conjunto, os municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos, porém ainda há um desequilíbrio em relação aos subíndices, cabendo aos prefeitos municipais o desafio de aumentar ainda mais a eficiência, utilizando o índice apresentado como direcionamento: "Considero que nosso sentimento inicial ficou comprovado. Os melhores colocados no subíndice fiscal, normalmente não tem uma boa classificação no indicador social ou vice-versa. Para um Município obter, portanto, uma boa colocação no índice geral, tem de primar pelo equilíbrio. Deve-se ter uma boa gestão fiscal, mas sem se esquecer dos investimentos e da qualidade na educação e saúde", diz Paulo Zulikoski. *

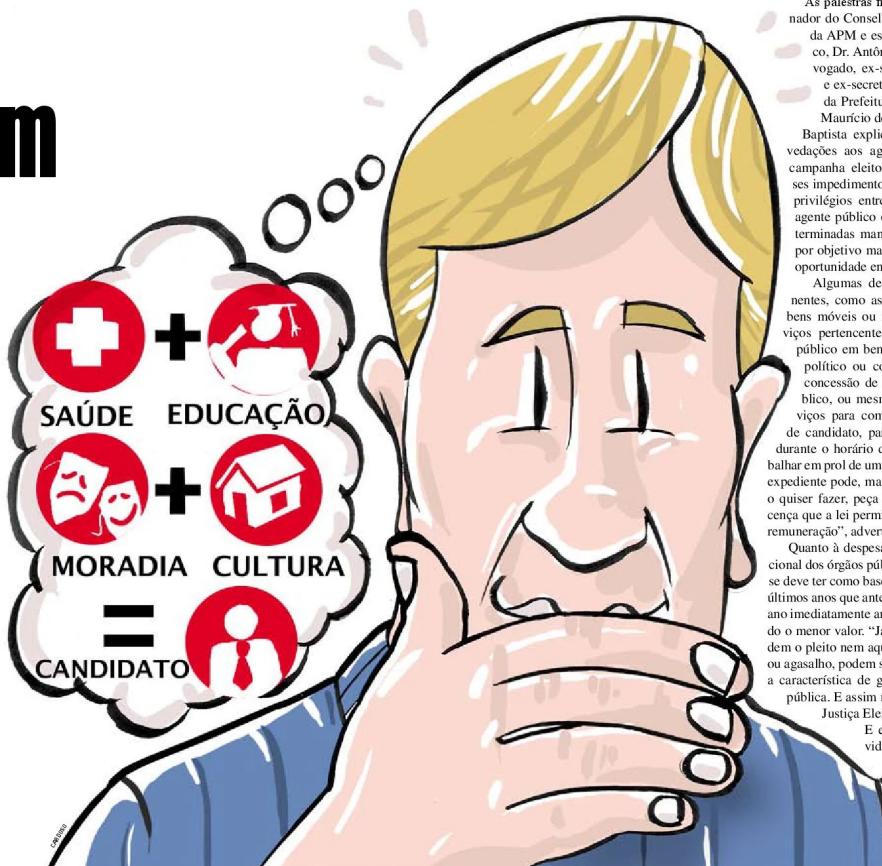
Consulte sempre um advogado

Durante seminário advogados especialistas em Direito Público pediram cautela em ano de eleições municipais

A ASSOCIAÇÃO Paulista de Municípios (APM) promoveu no último dia 29 o Seminário Eleições 2008. Realizado no Campus I da Faculdade de Jaguariúna, o evento abordou os temas "Condutas vedadas aos agentes públicos no ano eleitoral" e "Propaganda Eleitoral – Arrecadação e aplicação de recursos de campanha – Prestação de Contas".

Participaram da sessão de abertura o presidente da APM, Marcos Monti, o prefeito municipal de Jaguariúna, Tarcísio Chiavagato, o vice-prefeito, Lúcio Pires e a presidente da Câmara dos Vereadores, Fernanda Bergamasco.

Monti ressaltou que o trabalho da APM é orientar os gestores públicos municipais para que possam ter a melhor prática em suas administrações. E, por esse motivo, tal seminário se fez tão importante neste ano de eleições municipais. "Aqui serão apresentados assuntos importantes para este último ano de mandato", disse.



As palestras ficaram por conta do coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e especialista em Direito Público, Dr. Antônio Sérgio Baptista, e do advogado, ex-secretário de Administração e ex-secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de Indaiatuba, Dr. Samir Maurício de Andrade.

Baptista explicou aos presentes sobre as vedações aos agentes públicos em ano de campanha eleitoral. Ele esclareceu que esses impedimentos existem para que não haja privilégios entre os candidatos. "Qualquer agente público está proibido de agir de determinadas maneiras. Essas proibições têm por objetivo maior preservar a igualdade de oportunidade entre os candidatos", disse.

Algumas dessas proibições são permanentes, como as que vedam a utilização de bens móveis ou imóveis e materiais ou serviços pertencentes ou custeados pelo poder público em benefício de candidato, partido político ou coligação. E a que proíbe a concessão de servidor ou empregado público, ou mesmo a utilização de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal. "Trabalhar em prol de um candidato fora do horário de expediente pode, mas não é aconselhável. Quem o quiser fazer, peça licença do trabalho. E a licença que a lei permite é aquela com prejuízo da remuneração", advertiu.

Quanto à despesa com a publicidade institucional dos órgãos públicos, Baptista explicou que se deve ter como base a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o menor valor. "Já nos três meses que antecedem o pleito nem aquelas campanhas de dengue, ou agasalho, podem ser feitas. A menos que tenha a característica de grave e urgente necessidade pública. E assim mesmo quem decide isso é a Justiça Eleitoral", apostilou.

Esse ano veio com uma novidade. A regra que começou a vigorar em janeiro proíbe a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública. A ex-



"TRABALHO DA APFM É ORIENTAR OS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA QUE POSSAM TER A MELHOR PRÁTICA EM SUAS ADMINISTRAÇÕES", AFIRMA MARCOS MONTI

ceção está em casos de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Também é vedado em ano de eleição fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de cunho social, custeados pelo poder público. O advogado destacou que, caso haja algum programa de distribuição, por exemplo, de cestas básicas, pode-se ter a cautela de convidar o Ministério Público ou a Justiça Eleitoral, para que eles, em querendo, participem dessa entrega. Dessa forma, podem-se evitar problemas futuros.

Outras vedações importantes são as que proíbem a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações e a participação de candidatos a cargos do Poder Executivo, nos três meses que antecedem o pleito, em inaugurações de obras públicas.

As vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal no último ano de mandato que também foram discutidas por Baptista são duas. A primeira delas trata das despesas com o pessoal e diz que nos últimos 180 dias de mandato, essa despesa não pode ultrapassar o patamar de 30 de junho. E a outra diz que não se pode contrair, nos últimos 8 meses, despesas que não possam ser pagas no exercício. Nesse momento, o advogado ressal-

tou que o prefeito ou presidente da Câmara Municipal de 2008 não é o mesmo de 2009, ainda que reeleito. "A Lei fala em final de mandato. A pessoa física pode ser a mesma, mas o mandato é outro", concluiu.

O Dr. Samir abordou a questão da Propaganda Eleitoral. Ele explicou que, a par-

tir do resultado das convenções partidárias, não será permitido às emissoras de rádio ou televisão, transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

Além disso, está proibida, também na campanha eleitoral, a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato ou com sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, enfim, quaisquer bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor. "Para aqueles que estão trabalhando na campanha de determinado candidato, sugiro que utilizem um aventureiro padronizado", sugeriu o advogado.

Outro dispositivo que foi bastante utilizado em campanhas eleitorais e que está proibido é a realização de showmício ou evento assemelhado, como apresentação, remunerada ou não, de artistas, com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral. E também a utilização de outdoors.

Algumas outras regras são as proibições de veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza em bens de uso comum (tais quais cinemas, clubes, lojas, igrejas, ginásios, centros comerciais, mesmas que se-

jam de propriedade privada) e, por questão de segurança, a fixação de propaganda com arames em locais de trânsito de pedestres.

O advogado esclareceu que a veiculação de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Legislativo, fica a critério da mesa diretora. E que a colocação de bonecos e cartazes ao longo das vias públicas também é permitida, desde que não dificulte o bom andamento do trânsito.

Aos partidos e candidatos é obrigatória a abertura de conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha. E o uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provêem da conta específica implicará em desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato e, se comprovado o abuso de poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se o mesmo houver tiver sido outorgado.

Essas e muitas outras regras foram apresentadas pelos palestrantes que, ao final do seminário, convidaram os presentes a participarem do 52º Congresso Estadual de Municípios, onde esses temas serão explanados de maneira mais detalhada. *



SEMINÁRIO ELEIÇÕES 2008 ACONTECEU NO CAMPUS I DA FACULDADE DE JAGUARIÚNA

52º congresso vem para fortalecer o movimento municipalista

Respeitado por sua tradição e sucesso, o mais importante congresso municipalista reunirá as principais lideranças políticas do País

SOB O TEMA "Municipalismo: Respeito e Compromisso, o 52º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios (APM), será abrigado pela cidade turística de Santos. O evento mais tradicional das forças municipalistas acontecerá entre os dias 31 de março e 5 de abril no Mendes Convention Center e reunirá as principais lideranças políticas do País, tais quais ministros, deputados, prefeitos, primeiras damas, vereadores, dentre outras personalidades de todas as regiões brasileiras.

O evento se caracteriza por congregar gestores públicos, sobretudo municipais, para discutirem os principais problemas de suas cidades. E é essa rica troca de experiências e informações que reúne há 52 anos ininterruptos esses congressistas, preocupados em manter a qualidade em suas administrações. E, além desse intercâmbio, durante uma semana ocorre a aproximação entre os administradores municipais e técnicos do Governo do Estado e União, o que não acontece, comumente, fora dessa conferência.

O presidente da APM, Marcos Monti, está bastante confiante de que, mais uma vez, o CEM será um sucesso e atingirá os seus objetivos. E ele acredita que os principais resultados serão o acúmulo de conhecimento dos temas propostos, proposição de melhorias nas regiões e nos municípios, troca de



O EVENTO MAIS TRADICIONAL DAS FORÇAS MUNICIPALISTAS ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 31 DE MARÇO E 5 DE ABRIL E REUNIRÁ AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO PAÍS

experiências, a elaboração de uma pauta de atuação na XI Marcha dos Prefeitos a Brasília e também a aprovação da Carta de Santos, que é um resumo de todo o congresso.

Monti enfatiza a importância da participação de administradores municipais nos Congressos da APM e em outras atividades municipalistas. "Primeiro pela oportunidade de participar de painéis que trazem inovações, aprendizado e que abrem caminhos para soluções nos municípios. Depois, a troca de informações e experiências entre todos os gestores públicos. Outro diferencial do nosso congresso é que o TCE participa da programação e entende a importância dos



gestores públicos participarem dos painéis propostos", diz. E convida os administradores municipais a lutarem por essa causa: "É o momento de encaminhar reivindicações aos secretários e ministros de estado, ao governador, ao presidente da República; propor mudanças na legislação e principalmente defender a causa municipalista, clamando por uma maior participação no bolo tributário", conclui.

Na edição passada, que aconteceu em Campos do Jordão, o CEM contou com a participação aproximada de 4.300 congressistas. A expectativa é de que, neste ano, em que acontece o 60º aniversário da APM, a conferência reúna mais de 8 mil participantes, entre prefeitos e vice-prefeitos, primeiras-damas, vereadores, deputados federais e estaduais, senadores, ministros e secretários de Estado, secretários municipais, técnicos do Executivo e Legislativo, expositores, sociedade civil organizada etc.



MARCOS MONTI, PRESIDENTE DA APM, DIZ QUE EVENTO TRAZ INovações E ABRE CAMINHOS PARA SOLUÇÕES NOS MUNICÍPIOS

A ESCOLHA DOS TEMAS

A APM, há 60 anos cumprindo seu papel político na sociedade e lutando pela causa municipalista, entende a necessidade de discutir temas atuais e relevantes para as cidades paulistas. E, por esse motivo, teve o cuidado de propor 15 temas básicos para que os municípios escolhessem os cinco de maior interesse. Isso fez com que a Associação pu-

desse direcionar seus trabalhos de montagem da programação para temas que realmente se fazem necessários para os municípios, possibilitando atender às demandas das cidades. "Nossa missão é de promover a orientação aos gestores públicos, sempre apontando quais são as melhores práticas, os melhores caminhos, os melhores programas para uma gestão eficiente, lembrando que sempre a decisão cabe ao Executivo", enfatiza Monti.

A partir da escolha dos temas, o próximo passo é a seleção dos palestrantes, que anualmente abrillantam a programação do CEM. Entre esses oradores estão ministros, secretários de Estado, senadores, presidentes de entidades municipalistas do Brasil, técnicos do Executivo e Legislativo. E esses painéis são sempre coordenados por deputados federais e estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e ex-ocupantes de cargos.

Alguns dos temas que serão abordados são Tribunal de Contas, Lei Orgânica, PEC do nº de Vereadores, XI Marcha dos Prefeitos, Saneamento Básico, Reforma Tributária. Além do tradicional Momento Cultural, que acontece ao final de todos os dias de palestras, com convidados ilustres.

JUSTAS HOMENAGENS

Esse ano o CEM traz algumas novidades para seus congressistas. Uma delas é que du-



rante a semana serão homenageados alguns dos governadores do Estado de São Paulo. Serão dois tributos por dia para aqueles que engajaram esforços e mostraram ter espírito municipalistas. Homens esses que ajudaram a construir a história de nosso Estado e da APM.

Os governadores homenageados serão Cláudio Lembo, Geraldo Alckmin, Laudo Natel, José Maria Marin, Paulo Egídio Martins, Orestes Quérquia, Paulo Maluf e Luiz Antônio Fleury.

Outra novidade trazida nessa 52ª edição do CEM serão os tributos prestados aos dez melhores municípios em relação ao Índice de Responsabilidade Fiscal e Social (IRFS). "Este resultado é proveniente de um estudo sobre o IRFS criado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e tem como objetivo compreender e estimular a melhoria das gestões municipais, refletindo, anualmente, o desempenho dos municípios sob as óticas fiscal, social e de gestão", esclarece o presidente do Conselho Deliberativo da APM, Aquevirque Nhola.

Ele explica, ainda, que o cálculo foi feito com base em três subíndices (fiscal, gestão e social), cada um medindo o desempenho na área por meio de distintos in-

"OS GESTORES ESTÃO CADA VEZ MAIS INTERESSADOS EM IMPLEMENTAR POLÍTICAS QUE TORNEM AS PESSOAS MAIS REALIZADAS", DIZ A DRA. ANDRÉA MONTI, COORDENADORA DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL



"NESTA EDIÇÃO, SERÃO HOMENAGEADOS OS DEZ MUNICÍPIOS PAULISTAS COM OS MELHORES ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL", AFIRMA AQUEVIRQUE NHOLA (VICK), COORDENADOR-GERAL DO EVENTO

dicadores. "A APM dentro do seu papel de representar, levar informações e lutar pelos municípios paulistas, não poderia deixar de louvar essas cidades que, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, vêm lutando e conseguindo realizar uma excelente administração", finaliza.

VITRINE

A Exposição paralela de Produtos, Serviços e Tecnologia é mais um ponto alto do CEM. Formada por Entidades e Empresas dos mais variados segmentos, ela tem como objetivo apresentar aos gestores públicos ferramentas que vão ao encontro de seus interesses, como a modernização e a facilitação para suas administrações.

Para as empresas os benefícios de participar da exposição também são muitos, pois elas podem se utilizar dessa grande vitrine para apresentar seus produtos de forma direta aos executivos municipais, grandes e importantes consumidores.

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

Projetada para ser uma reunião de primeiras-damas, presidentas de Fundos e técnicas municipais, a programação especial vem conquistando um espaço muito importante dentro do CEM. Durante as versões anteriores do Congresso, pôde-se notar a presença crescente e expressiva também dos prefeitos na programação. E a expectativa é que o sucesso se repita também neste ano.

As grandes novidades no conteúdo da Programação Especial são os temas "Conselho Tutelar" e "Lei Maria da Penha", ambos com a participação de representantes do Ministério Público, das Secretarias de Estado da Segurança Pública e Assistência e Desenvolvimento Social. Outras inovações são o aumento das dinâmicas de grupo durante as discussões e o recesso das atividades no período da tarde, para que os congressistas possam participar também da programação geral.

Alguns dos palestrantes que estarão presentes na Programação Especial desta edição do Congresso são a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; o secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Dr. Rogério Amato; a presidente do Fundo Social

de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), Mônica Serra; a enfermeira e professora titular da USP, Dra. Maria Júlia Paes; a Dra. Albertina Duarte, entre outras autoridades e representantes da sociedade civil organizada.

A coordenadora da Programação Especial, Dra. Andréa Siqueira Campos Monti, conta que o crescimento da programação acontece a cada edição, porque trata de assuntos sociais, de humanização e desenvolvimento pessoal. "E, graças a Deus, hoje a maioria dos gestores públicos e os envolvidos nas gestões estão cada vez mais interessados e dispostos na implantação de políticas públicas que façam as pessoas mais felizes e realizadas, dentro das suas realidades e possibilidades", comenta.

Ela agradece a colaboração da Presidente do Fundo Municipal de Santos, Maria Sílvia Tavares Papu e sua assessora, Renata Schimidt; da vereadora Teresinha Pedrosa e da vice-presidente da Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo (AVESP) e vereadora de Mogi Mirim, Marlene Maiotomni, na organização da Programação Especial.

O CENTRO DE CONVENÇÕES

Localizado no coração de Santos, conectado a uma importante rede hoteliera da região e cercado por instituições bancárias, shoppings centers, cinema e sistema de transporte. Essa é uma pequena parcela da descrição do local que a organização do 52º Congresso Estadual de Municípios escolheu para receber seus visitantes.

O Mendes Convention Center conta uma área total construída de mais de 32 mil m² e possui espaços moduláveis e multifuncionais, tornando-se capaz de receber desde pequenos grupos até grandes conferências. De sua fundação, em 2001, até o final do ano passado foram realizados mais de 400 eventos, dentre os quais, congressos, feiras, formaturas e eventos sociais.

Muitos são os serviços que oferecidos pelo Centro de Convenções. Entre eles, praça de alimentação, com capacidade para 252 pessoas; heliponto para 6 aeronaves, com estrutura para abastecimento e manutenção; estacionamento para 750 carros; discoteca para até 3 mil pessoas; choperia, entre tantos outros.

Diferencial do congresso é que o TCE participa da programação e entende a importância dos gestores públicos participarem dos painéis



SANTOS

BELO CENÁRIO PARA AS DISCUSSÕES MUNICIPAIS

A cidade do maior jardim frontal de praia do mundo abrigará o 52º Congresso Estadual de Municípios

SANTOS É UMA das mais antigas cidades do Brasil. Seu povoamento aconteceu por volta de 1540. Hoje sua população é de aproximadamente 418 mil habitantes e sua economia voltada para o comércio, turismo, pesca e porto.

Ela se tornou conhecida devido ao seu porto que no início do século XX se transformou no maior da América Latina, sobretudo por conta da exportação do café. Para se ter uma idéia de sua

grandezza e importância que perpetua até os dias atuais, por ele passa atualmente cerca de 40% do PIB nacional.

Com o passar dos tempos, outro ator entrou em cena e chamou a atenção de todo o mundo para a cidade portuária: o futebol. O time de Pelé encantou torcedores e espectadores de todos os continentes e levou muito orgulho aos santistas, que até hoje contam suas glórias. E não é para

menos. Os brasileiros mais apaixonados por futebol não esquecem do memorável e mágico ataque formado por Pepe, Pelé, Dorval, Mengávio e Coutinho. E não lhes escapa da memória de que foi nesse período que Santos foi Bicampeão Mundial Intercluges (1962/1963) e Bicampeão da Taça Libertadores da América (1962/1963).

Mas não é só o futebol que encanta quem vai a Santos. Hoje a cidade cativa seus visitantes por possuir inúmeras opções de lazer e diversão, que agradam os mais variados gostos e idades. E não é difícil duvidar de sua capacidade de sedução, pois ela oferece muita cultura, gastronomia, esportes, aventura, ecoturismo, badalação noturna e muitas outras atrações turísticas, como a passagem dos cruzeiros marítimos.

A secretaria municipal de Turismo, Wânia Mendes Seixas, ressalta que na cidade portuária e turística também há uma grande preocupação em manter a memória da cidade sempre viva. "Santos também temos história, o que a diferencia das demais cidades de praia. No Centro Histórico temos ruas, praças, monumentos e edifícios construídos no século XVI, além da Linha Turística do Bondinho", diz orgulhosa.

Esse município tem mesmo muita história pra contar e muitas maravilhas para apre-

sentar. Além de suas praias exuberantes, a cidade abriga o maior jardim frontal de praia do mundo. O gramado verde que contorna toda a praia foi parar no Guinness Book, o Livro dos Recordes, em 2001. Um título muito que justo, já que possui seus nada menos de 5335m de comprimento, 40 a 50m de largura e 218.800m² de área exalando um delicioso perfume, que envolve aqueles que passeiam pelas alamedas.

IMPORTÂNCIA DO CONGRESSO

A cidade será palco da 52ª edição do Congresso Estadual de Municípios, um dos eventos mais tradicionais do estado de São Paulo, caracterizado por reunir e aproximar dirigentes municipais, autoridades e técnicos do Governo do Estado e União, além de instituições privadas compromissadas com ações sociais e de interesse comum.

O prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, conta que os preparativos para a recepção e participação no evento começaram em setembro do ano passado. E enfatiza que a prefeitura local contará com dois estandes, onde serão distribuídos materiais de divulgação preparados pela Secretaria Municipal de Turismo. Esse material será composto por explicativos com informações gerais sobre a cidade e sobre o Fundo Social de Solidariedade. Neste último serão apresentados os programas desenvolvidos no município.

Para o prefeito "o Congresso representa ainda um momento único para o aprimoramento da gestão pública, quando é possível conhecer novas experiências, trocar informações, esclarecer dúvidas e receber orientação sobre assuntos diversos". E comenta satisfeito que a conferência movimentará toda a cadeira turística de Santos e dos municípios vizinhos. Hotéis, restaurantes, lojas, comércios em geral serão beneficiados com a presença dos congressistas. "A economia regional será aquecida e a cidade, divulgada na mídia", diz. *

WÂNIA MENDES SEIXAS RESSALTA QUE NA CIDADE PORTUÁRIA E TURÍSTICA TAMBÉM HÁ UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO EM MANTER A MEMÓRIA DA CIDADE SEMPRE VIVA



PREFEITO JOÃO PAULO TAVARES PAPA.
"CONGRESSO REPRESENTA UM MOMENTO ÚNICO PARA O AFRIMORAMIENTO DA GESTÃO PÚBLICA"

Alternativa saudável

Esporte é um importante mecanismo para a melhoria da educação, saúde e até da segurança

Por Daniella Turano

HÁ QUEM PENSE no esporte como algo desprezível, apenas para pessoas preocupadas em cultuar o próprio corpo. Mas a importância desse tipo de atividade na vida das pessoas é extremamente maior do que se pensa.

A ONU divulgou um documento chamado "Esporte para o Desenvolvimento e a Paz", onde revelava que para cada dólar investido em esporte, há uma economia de 3,2 dólares nas ações de saúde. "Isto explica estatisticamente a filosofia de nosso trabalho e de nossa crença. O esporte é uma alternativa para a redução de qualquer índice social negativo", diz o Secretário de Esportes, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo, Walter Feldman.

Segundo ele, em qualquer município, esta falta de percepção vem do povo e é traduzida nas câmaras municipais e assembleias, com a ação dos parlamentares que planejam os orçamentos. "Ainda temos um grande desequilíbrio neste quesito. O esporte sempre fica entre os últimos neste ranking, quando não em último. Investe-se muito

em educação, saúde e segurança, sem se dar conta de que o esporte é um mecanismo de prevenção a todos os problemas que estas áreas têm de socorrer", afirma.

Atualmente, a perspectiva de vida de um cidadão saudável é de 72,4 anos. Estatisticamente, o fato é positivo e a população está mais atenta aos cuidados da alimentação, do peso, da inatividade física e das consequências desses fatores na qualidade de vida. Porém, ainda é um pequeno passo diante da realidade que acomete a po-

pulação: "Estamos acostumados, culturalmente, a tratar o problema quando surge algum problema de saúde, mas não pensamos no aspecto preventivo", explica Leonardo Lima, diretor da Running Health Assessoria Esportiva, que presta serviços voltados à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar do indivíduo. "Os gastos com tratamento de saúde são nefastos: hospitais, medicamentos, profissionais. Os municípios deveriam pensar em prevenir doenças por meio do incentivo da prática de atividades físicas, promovendo assim melhora na qualidade de vida da população. Além disso, a cultura preventiva é sinônimo de gastos reduzidos, pois a população estaria mais saudável e mais ativa fisicamente", conclui.

Segundo Feldman, o papel do poder público, em nível municipal, estadual ou federal, é melhorar o índice de desenvolvimento humano da população que atende. Em São Paulo, o Prefeito Gilberto Kassab tem orientado o seu Secretariado

em busca de alternativas que atinjam este objetivo efetivamente: "Na Secretaria de Esportes, o desafio é abandonar o estigma de 'realizadores de eventos' e desenvolver políticas públicas reais, que se integrem ao dia-a-dia do paulistano e transformem positivamente o contexto da cidade. Várias de nossas iniciativas atuam de maneira transversalizada com outras grandes áreas como Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente, entre outras, sempre em busca deste objetivo", explica. "Temos total interesse em criar novas áreas para a prática de esportes, como ciclovias, por exemplo. No entanto, também trabalhamos para que o paulistano redescubra os espaços já existentes, para que estes locais sejam tomados pelo esporte e pela atividade física. As corridas de rua estão crescendo muito na cidade", completa.

Em 2007, 4 milhões de pessoas participaram de eventos de corrida, quase metade da população da capital. Nas provas realizadas aos finais de semana, os espaços que normalmente são tomados por automóveis du-



rante a semana, ficam tomados por pessoas. É uma alternativa, uma nova visão de ocupação do espaço da cidade, uma ferramenta de inclusão e interação social, ao mesmo tempo em que coopera com a qualidade de vida dos participantes e com a melhoria do meio ambiente urbano: "Por isso, em 2008, vamos levar as corridas de rua para 20 novos locais na cidade, principalmente na periferia, pois hoje o calendário de provas está muito concentrado em algumas regiões centrais. Queremos espalhar este benefício", conta o secretário.

.

Para Leonardo Lima, hoje, as iniciativas ligadas ao esporte nos municípios ainda é

insignificante em relação à demanda de cidadania: "Volto a afirmar, o problema é cultural! Qualidade de vida x Saúde é um tema que deve ser discutido entre familiares, na escola, nos fóruns estudantis e políticos. Só assim as coisas começam a tomar um novo rumo. Não estamos querendo uma política de assistencialismo, mas de mudanças de estruturas ultrapassadas e doentes", diz. Para 2008, a Secretaria de Esportes destaca três iniciativas importantes no esporte público da capital. A principal é o Clube Escola, "uma idéia simples, mas que ninguém conseguiu implantar de verdade na cidade", afirma Feldman. "É uma política pública que institucionaliza atividades esportivas, culturais e de inclusão digital nos quase 500 clubes municipais. A idéia é que os clubes sirvam de complemento ao horário escolar dos 2,3 milhões de crianças e jovens estudantes da rede pública de ensino. Uma alternativa para evitar o contato deste público com os males que as ruas e a ociosidade trazem", diz. Outras iniciativas de igual importância são os Jogos da Cidade e a Virada Esportiva. O "Jogos da Cidade" é o maior campeonato amador de esportes do País, com quase 1.700 equipes e mais de 30 mil atletas. Um campeonato que ajuda a valorizar a identidade de cada região do município e uma a comunidade local em torno do esporte. E a Virada Esportiva, que teve sua primeira edição em 2007 com 1 milhão de paulistanos praticando esportes em todos os lugares imagináveis: "Uma grande injeção de 'ânimo esportivo' na capital", relata.

"O célebre líder africano Nelson Mandela bem disse quando reconheceu publicamente que a arte e o esporte são instrumen-

tos de paz muito mais poderosos do que governos. Para ele, a arte e o esporte têm o poder de unir pessoas e o poder de mudar o mundo, como poucos conseguiram. Agimos para que todos percebam que isto é real", finaliza o Secretário.

SOROCABA: CIDADE SAUDÁVEL E EDUCADORA

Seguindo os conceitos internacionais de Cidade Saudável e Cidade Educadora adotados desde o início da gestão, a Prefeitura de Sorocaba vem investindo significativamente no uso dos espaços urbanos como recurso de promoção de saúde e qualidade de vida. Áreas degradadas estão sendo urbanizadas, praças revitalizadas e adaptadas para a prática de atividades esportivas, a fim de que a população possa desenvolver atividades físicas, ter acesso ao lazer, entretenimento e melhorar o convívio social. Atualmente, a cidade possui 10 pistas oficiais para caminhadas e pelo menos 30 quilômetros de ciclovias – áreas cada vez mais utilizadas pela população. É possível observar, por exemplo, o grande número de pessoas caminhando ou andando de bicicleta diariamente pela cidade, hábitos que tem sido incentivado como meio de combate ao sedentarismo, responsável pela maioria dos casos de hipertensão, diabetes e doenças cardíacas na atualidade. Para estimular um estilo de vida mais saudável, foram criados programas específicos de promoção da saúde que, muito além da prevenção e controle de doenças, envolvem o estímulo à atividade física, com a criação de grupos de caminhada em todos os centros de saúde da cidade e nos centros esportivos. As pistas de caminhada e as ciclovias caíram no gosto da população e levam crianças, jovens,



SOROCABA VEM INVESTINDO SIGNIFICATIVAMENTE NO USO DOS ESPAÇOS URBANOS COMO RECURSO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA, AFIRMA O PREFEITO VITOR LIPPI

adultos e integrantes da chamada terceira idade a andar de bicicleta regularmente. Exemplo mais recente disso foi o programa Pedala Sorocaba, evento que reuniu mais de 5 mil pessoas no passeio ciclístico que marcou sua estréia, no último dia 2 de março. O programa terá continuidade em todos os finais de semana, na avenida Dom Aguirre, um dos principais corredores viários da cidade, nas proximidades de um grande parque municipal. A intenção é estimular a população para que faça da bicicleta um meio alternativo de transporte e de lazer em benefício da saúde. Esse projeto envolve também a cultura, pois no local são realizados shows de música e dança. No campo esportivo, Sorocaba também se destaca por intermédio das competições organizadas pela Prefeitura. São milhares de atletas participando durante o ano todo de torneios para crianças, jovens e adultos. Somente no Torneio Aberto de Futsal, o Crizeirão, são aproximadamente 7 mil jogadores, reunindo mais de 500 equipes, nas categorias principal, quarentão, veterano, super-veterano e feminino. Disputadas entre os meses de janeiro e abril, esse torneio atrai mais de 15 mil torcedores. Outros torneios sob a organização da Prefeitura estão assim distribuídos: Jogos Escolares de Sorocaba, Torneio Aberto de Futsal para crianças, Campeonato Municipal de Futebol Varzeano. A Prefeitura ainda apóia iniciativas de equipes representativas (seleções sorocabanas) que atuam em diversas modalidades, entre as quais incluem-se atletismo, basquetebol masculino e feminino, bicicross, bocha, boxe, capoeira masculino e feminino, ciclismo, damas, futebol masculino e feminino, futsal masculino e feminino, ginástica rítmica, handebol masculino e feminino, judô masculino e feminino, karatê masculino e feminino, malha, natação masculino e feminino, natação PPD, taekwondo, tênis masculino e feminino, voleibol masculino e feminino e xadrez. Com essas equipes, Sorocaba vem disputando competições como o Jogos Abertos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos, Campeonato Brasileiro de Bicicross, Campeonato Paulista de Bicicross, Campeonato Regional de Futsal, Handebol e Voleibol. •



ÍDOLOS VISITAM MUNICÍPIOS

Quem nunca ouviu falar no ex-goleiro Tobias, que jogava no Corinthians quando o time venceu o Campeonato Paulista de 1977, após o jejum de 23 anos sem esse título?

Há 12 anos, o ex-goleiro está à frente de um antigo projeto do locutor esportivo Luciano do Valle, a Seleção Brasileira de Márster.

Hoje, com 58 anos e uma lista de 70 nomes de veteranos que já foram grandes ídolos – e continuam sendo, para muitos – de times variados, Tobias leva alegria, descontração e curiosidade por onde passa. Afinal, como diz o ditado, quem é rei nunca perde a majestade. E quem pratica esportes está sempre em boa forma.

É comum no aniversário de um município ver toda a população local reunida num campo de futebol. São eles, os jogadores "aposentados". Víola, que foi centroavante do Corinthians e jogou a copa de 1994, hoje com 38 anos, é um deles. Também tem Zé Maria, lateral direito, com 58; tem Careca, centroavante do São Paulo e da Seleção de 1982 e 86, aos 47 anos; tem Ataliba, Geraldão, Jairzinho. O projeto é simples e barato. O prefeito escolhe 15 jogadores, geralmente, de times misturados para agradar a todos. São todos jogadores de futebol de campo, mas se precisar jogar society eles jogam também: "Levo apenas um time que joga contra o time da cidade, sempre acima de 40 anos. Nossa time é todo mais velho, então não dá para jogar com mais novos. Quando no outro time tem gente mais nova,

eu também levo alguns mais novos. Jogar com molecada é complicado. O Dudu, do Palmeiras, já está com 65 anos", comenta o simpático Tobias.

"Os jogos estão sempre lotados, é sempre um grande evento. Normalmente, o prefeito pede um quilo de alimento para quem vai assistir. E eu sempre faço um preço que esteja dentro do orçamento do município. Costumamos jogar para 5,6 mil pessoas. É a quarta vez que vamos pra Recife e jogamos para 17 mil pessoas", conta.

Quem não teve oportunidade de ver os ídolos de perto, pode ver agora. O projeto, certamente, é um incentivo aos municípios à prática de esportes: "Vai sempre uma molecada que tem o sonho de jogar futebol e lá o pai explica quem é quem, mostra os campeões dos principais times. Para eles isso é um grande incentivo.

Além disso, todos os jogadores passaram pela seleção brasileira", diz. "E no final, o prefeito que quer brincar, vai brincar. O secretário de esportes que quer brincar, vai brincar também. Vira tudo uma grande brincadeira e uma festa. Para eles também é legal, uma novidade jogar com ídolo das antigas. Se depois do jogo tiver churrasco, melhor ainda, vamos todos", finaliza. A Seleção Brasileira de Márster está de malas prontas para a Inglaterra e já jogou em Portugal. Os municípios interessados em levar os ídolos para sua cidade podem entrar em contato com Tobias nos telefones (11) 8260-2543, 9785-0642 ou 3068-0642.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista

A ABERTURA e a democratização dos trabalhos legislativos é um dos principais objetivos da Legislatura 2005/2006, que tem à frente o presidente Antonio Rinaldo Martins, popularmente conhecido como Nadinho.

Neste processo, estão inseridas as transmissões ao vivo pela Rádio Dinâmica FM, além das sessões no plenário que podem ser acompanhadas minuto a minuto pelo site da câmara www.camaralaranjalpaulista.sp.gov.br, onde também podem ser encontradas informações sobre os vereadores, e-mails, telefones, links, acervos de leis municipais, prestação de contas, arquivo de sessões etc.

Outra importante conquista foi a Tribuna Popular, que pode ser ocupada por qualquer membro de entidade regulamentada do município.

Para inserir os dois distritos, Laras e Maristela, no contexto político, a Câmara Municipal desloca-se para realizar sessões solenes colocando os vereadores em contato direto com o povo nas regiões mais distantes do centro.

UMA LEI MUNICIPAL PARA ACABAR COM AS FILAS BANCÁRIAS

De autoria do atual presidente da Câmara, Antonio Rinaldo Martins, a lei estabelece o tempo mínimo de 15 minutos em um dia útil e de 30 minutos em vésperas de feriados para o atendimento, estabelecendo multas caso não seja respeitado o tempo estabelecido em Lei.

PARLAMENTO REGIONAL

Iniciativa histórica prestigiada por todos os vereadores aconteceu no dia 21 de maio de 2005 por iniciativa do Vereador Heitor Camarin Junior, con-

jugando num só objetivo as Câmaras Municipais da região. Dessa forma cada cidade tem mais representatividade e força política na reivindicação dos interesses dos municípios junto ao governo do Estado.

CONTRA O NEPOTISMO

Numa atitude corajosa, a Câmara Municipal aprovou a Lei cuja finalidade é a moralização do serviço público. Dispõe sobre proibição ou contratação de parentes consangüíneos ou afins, de agentes políticos, no Executivo ou Legislativo para cargos de provimento em comissão.

LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA A SANTA CASA

No mês de agosto de 2007, sentindo a situação de penúria em que se encontrava a Santa Casa de Misericórdia de nosso município, a Câmara Municipal devolveu um valor de 160 mil reais, economizados de duodécimo repassado a Câmara e em parceria com o Poder Executivo fez o repasse, aliviando assim a situação e normalizando o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia.

SEMANA DO LEGISLATIVO

Instituída através do Projeto de Resolução nº. 10/2006, a Semana do Legislativo aconteceu pela primeira vez em outubro de 2006, fazendo parte das comemorações do dia do nosso município (10 de outubro).

Em outubro de 2007 foi realizada a segunda edição do evento, com participação da Banda Municipal “Maestro Giocondo Cordoni”, das crianças do Núcleo de Formação São Vicente de Paulo e da Orquestra de Violões da Se-

cretaria da Cultura de Laranjal Paulista.

Foram também entregues medalhas de honra ao mérito e títulos de cidadania laranjalense, aqueles que se destacaram em vários setores da vida municipal, como o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Estadual Bruno Covas, o primeiro falando sobre o programa criado por ele “Renda Básica de Cidadania” e o segundo discorrendo sobre a inserção do jovem na política.

FUNÇÕES FISCALIZADORAS

As funções fiscalizadoras não se limitaram aos aspectos financeiros e orçamentários. Quatro CPI’s foram instaladas entre os anos de 2005 e 2007:

- Contratação de funcionários em acúmulo ilegal de cargo, com a devolução dos vencimentos indevidos
- Contratação de servidores sem a realização de concurso público
- Uso indevido de verba do FUNDEF, com a devolução pelo Poder Executivo de cerca de 74 mil reais ao FUNDEF
- Comissão processante em curso por uso indevido de verbas do FUNDEF estando em fase final de julgamento

Apesar da firme ação fiscalizadora dos vereadores, 99% dos projetos enviados pelo Poder Executivo foram aprovados numa demonstração de que projetos bons para o progresso do município e bem-estar da população não sofrem restrições do Poder Legislativo.

Faz parte da diretriz dessa Legislatura a transparência, a ética e o decoro, sempre objetivando a manutenção e o respeito que o Poder Executivo goza no seio da sociedade laranjalense. •

Assessoria de Comunicação
da Câmara Municipal

Os precatórios judiciais

Por Flávio C. de Toledo Jr. e Sérgio Ciquera Rossi

PRECATÓRIO JUDICIAL é a carta de sentença remetida pelo Juiz da Comarca ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que este requisite pagamento de quantia certa, executando condenação da Administração direta, autarquias e fundações regidas pelo direito público.

Em face dos insistentes e articulados reclamos sociais, os precatórios judiciais ensejam forte preocupação entre os gestores governamentais; tanto é assim que, no Congresso Nacional, tramita proposta de emenda à Constituição, vinculando fração da receita pública à dívida judicial, sem embargo de que esta possa ser trocada por débito fiscal do credor do precatório, ou seja, mediante o encontro com conta de dívida ativa.

Essa nova intenção legislativa está a demonstrar que, antes facultados pela Constituição, os dois parcelamentos foram insuficientes para atenuar, sequer em nível razoável, esse alentado passivo governamental. Aqui, vale lembrar que, em 1988, concedeu-se oito anos para quitação dos precatórios pendentes de pagamento e mais, em 2000, mediante a Emenda Constitucional nº. 30, franqueou-se outro fracionamento, em 10 vezes, agora das ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

A modo de ilustrar, tem-se que o endividamento judicial de Estados e Municípios significava, a preços de 2004, R\$ 61 bilhões, número decerto subestimado, à vista de que certos entes estatais não contabilizam, em seus balanços, tais débitos, incorrendo em flagrante ocultação de passivo e afronta ao hoje fundamental princípio da transparência fiscal.

Após fazer vários alertas e reco-

mendações aos 644 municípios jurisdicionados, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recusa balanços de Prefeituras que, em cada ano civil, não paguem valor alusivo à soma das seguintes parcelas:

- último mapa orçamentário do Tribunal de Justiça do Estado (precatórios novos);
- (+) requisitórios de baixa monta incidentes no exercício financeiro em exame (Lei nº. 10.259, de 2001);
- (+) 10% do estoque de precatórios constituídos em exercícios anteriores (precatórios antigos);
- (=) valor mínimo a ser pago em cada exercício financeiro.

Desde que o Município atenda às sobreditas parcelas, interpreta aquela Corte satisfeita a norma constitucional (art. 100, § 1º) e mais um dos basilares escopos de responsabilidade fiscal: a redução progressiva da dívida governamental.

Incidente sobre as pendências antigas, aquele piso de 10% alcança os precatórios vencidos e não pagos, parcelados ou não pela Emenda Constitucional nº. 30, de 2000.

Nessa dicção e à simetria da taxa facultada para precatórios afetados por sobredita emenda à Constituição, entende-se que 10% são razoáveis frente à capacidade financeira dos Municípios paulistas.

Em tal exegese, a Administração não quita, e nem poderia fazê-lo, todas as suas pendências judiciais, mas, sob o pressuposto fiscal de amortizar, gradualmente, sua dívida consolidada, a Fazenda local desembolsa valor referenciado no último mapa orçamentário do Tribunal de Justiça mais os requisitórios de baixa monta e, ainda, 10% do

saldo vindo de exercícios anteriores.

Obviamente que, em tal procedimento, não se liquidam os precatórios mais recentes, mas, em estrita obediência à ordem temporal dos pagamentos, quitam-se antes as pendências mais antigas.

Em toda essa descrita inteleção, o que vale é o efetivo pagamento dos precatórios e requisitórios judiciais. De nada adianta prever em orçamento e, mesmo, empenhar o valor, se o credor, de fato, não recebe seus direitos pecuniários.

Aqui, vale ilustrar que, no Brasil, a peça orçamentária não é de todo impositiva, tendo, assim, índole mais autoritativa. Afara o caso das despesas obrigatórias (Educação, Saúde, folha de pagamento), o dirigente estatal não está obrigado a atender a todas as despesas orçamentariamente previstas.

Assim, a afirmação da mera previsão orçamentária, em verdade, é absolutamente frágil diante da situação de não-pagamento.

Também, não cabe dizer que um próximo precatório, de maior valor, está bloqueando a liquidação de todas as demais pendências. Em tal cenário, deve a Fazenda Pública comprovar, de forma cabal, as tratativas de parcelamento com o titular daquele primeiro precatório, depositando, em juízo, o valor dos subsequentes débitos judiciais; isso, claro, até que se alcance o já comentado percentual mínimo de 10%. •

FLAVIO C. DE TOLEDO JR. é Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e SÉRGIO CIQUERA ROSSI é Secretário-Diretor Geral e Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Março e Abril





CHOPIN TAVARES DE LIMA (SEGUNDO DA ESO. PARA A DIR. E PRIMEIRO DA DIR. PARA A ESO.) FOI DURANTE VÁRIOS ANOS UM DOS PILARES DA REABERTURA POLÍTICA EM NOSSO ESTADO

Projeto de Lei dá a denominação de Chopin Tavares de Lima à FURP

Iniciativa homenageia um dos maiores municipalistas da história do País

PARA HOMENAGEAR este grande ícone municipalista que foi Chopin Tavares de Lima, o deputado Celso Giglio criou um Projeto de Lei, que já foi aprovado e tornou-se Lei em fevereiro de 2008, que acrescenta este grande nome à Fundação para o Remédio Popular – FURP. Quando ainda deputado estadual, Chopin Tavares de Lima propôs a criação de uma instituição para o desenvolvimento e produção de remédios de baixo custo para consumo popular. Criada em 9 de março de 1974, a Fundação para o Remédio Popular – FURP é hoje o maior fabricante público de medicamentos do Brasil.

Com 40 mil metros quadrados de área construída e mais de mil funcionários,

a FURP está localizada no município de Guarulhos, na grande São Paulo. Sua produção atual é de 2,5 bilhões de unidades farmacêuticas/ano (2006), consolidando um crescimento de 31% na última década. Seu elenco é composto por cerca de 80 medicamentos, entre os quais antinefriticos, dermatológicos, hematopoiéticos, antiinflamatórios, oftalmológico, anti-retrovirais, além medicamentos para controle da hipertensão, diabetes e saúde mental. A Fundação atua em cerca de 3,2 mil municípios brasileiros e tem uma carteira com mais de 5 mil clientes. Entre eles estão secretarias estaduais de saúde – em especial a do Estado de São Paulo – hospitais estaduais

e municipais, prefeituras, instituições municipais, estaduais, federais e filantrópicos – com destaque para o Ministério da Saúde –, além de sindicatos e fundações” (www.furp.sp.gov.br).

“Acreditamos que dar a denominação de ‘Chopin Tavares de Lima’ à Fundação para o Remédio Popular é medida das mais justas, pois esta instituição é, muito provavelmente, um dos mais importantes e mais visíveis legados que a notável carreira daquele homem público deixou ao nosso Estado”, Afirma o deputado Celso Giglio.

CARREIRA ILUSTRE

No dia 17 de fevereiro de 2008 falecia um dos filhos mais ilustres que São Paulo deu ao País nas últimas décadas. Personalidade marcante nos campos jurídico e político, soldado corajoso das hostes democráticas e defensor devotado dos interesses municipais, Chopin Tavares de Lima foi durante vários anos um dos pilares da reabertura política em nosso Estado. Nascido em 1926, na Cidade de Itapetininga, Tavares de Lima iniciou-se muito cedo na vida política. Vinculando-se ao ideário democrata-cristão ainda nos anos cinqüenta, por meio da Juventude Estudantil Católica – JEC e da Ação Católica, ele seria eleito deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão – PDC, em 1963, assegurando um segundo mandato, agora pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, em 1967. A esta altura, o País já havia mergulhado na ditadura militar, regime contra o qual, impelido por suas sólidas convicções democráticas, Chopin Tavares de Lima investiu de modo resoluto e tenaz. Tanto assim que, por meio do Ata Institucional nº 5, o regime se desvincilaria de sua incômoda atuação parlamentar, fazendo cassar seus direitos políticos.

No entanto, como tantos outros líderes da oposição ao regime, Chopin Tavares de Lima continuou a atuar nos bastidores da vida política, contribuindo eficazmente para solapar as bases da ditadura.

Desse modo, quando a “transição gradual e segura” permitiu que ele voltasse à cena política, Chopin logo seria chamado a exercer um papel de destaque. Alçado à Secretaria Estadual do Interior pelo primeiro gover-



CELSO GIGLIO: “ESTA É UMA MEDIDA JUSTA POIS ESTA INSTITUIÇÃO É UM DOS MAIS IMPORTANTES LEGADOS QUE CHOPIN DEIXOU AO NOSSO ESTADO”

nador eleito diretamente pelo povo desde os anos sessenta, o saudoso Franco Montoro, ele participaria ativamente da legendaria campanha das “Diretas Já”, que lançou a pá de cal sobre o regime de 1964, restaurando plenamente a democracia representativa. Paralelamente, ainda como Secretário Estadual do Interior, ele não mediria esforços para difundir os ideais municipalistas, procurando ativamente, com o exemplo vivo de uma administração voltada para promoção do autogoverno local, vencer os preconceitos centralistas entranhados a fundo na mentalidade brasileira por 20 anos de concentração de poder.

Ele repetiria a mesma pregação em prol da descentralização política e administrativa no exercício do posto de Secretário Estadual da Educação, durante a administração do Governador Orestes Queríca. Esta passagem pela Secretaria da Educação não seria produto de simples arranjo político partidário: Chopin Tavares de Lima já vinha demonstrando há muitos anos seu compromisso com o desenvolvimento educacional do País.

Ainda como deputado estadual, de 1963 a 1967, ele soube distinguir-se por várias proposições relativas ao assunto, como a criação do Centro de Experimentação Educacional, do Fundo Estadual de Bolsas de Estudo e de inúmeros estabelecimentos de ensino Ginasial e Normal. •

Página da História

Por Carlos Cruz

AMIGOS MUNICIPALISTAS: Ao longo dos últimos 60 anos, passamos por períodos felizes e menos felizes para as instituições democráticas de nosso País. Nossa tribuna, porém, nunca se calou, e durante os últimos 52 anos vimos desfilar por nossos Congressos autor-

dades e agentes políticos, de situação e de oposição, sempre com a palavra franqueada para exporem suas idéias, ideais e mensagens aos companheiros que, com suas presenças e participação, construiram a história de lutas e conquistas, preservando e respeitando o contraditório, mantendo sempre o

compromisso de defender os legítimos interesses e ideais municipalistas. A galeria de fotos abaixo mostra um pouco desta longa história, destacando momentos inerredoros que nos impõe respeito pelo nosso passado, e com ele e seu exemplo norteamos nossas ações futuras.



NO 19º CONGRESSO (1971), O GOVERNADOR CAIPIRA, LAUDO NATEL É HOMENAGEADO PELO PRESIDENTE DA APM WILSON JOSÉ



O RECÉM-EMPOSSADO SENADOR ORESTES QUERÍCA COMPARCE AO 19º CONGRESSO (1975)



PRESIDENTE DA APM, WILSON JOSÉ É RECEBIDO NO PALÁCIO DO PLANALTO PELO ENTÃO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL JOSÉ FIGUEIREDO



DR. JORGE MALULY PRESTIGIA O 19º CONGRESSO (1975)



O DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO VISITA O 19º CONGRESSO (1975)



O ENTÃO CANDIDATO A GOVERNADOR PAULO MALUF COMPARCE AO 22º CONGRESSO (1978)



NO 33º CONGRESSO (1989), O ENTÃO PRESIDENTE DA APM LINCOLN MAGALHÃES RECEPÇÃO O VICE-GOVERNADOR ALMINO AFFONSO E O ECONOMISTA LUIZ GONZAGA BELUZZO



PLENÁRIO LOTADO DO 20º CONGRESSO (1976), O ÚNICO QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, À ÉPOCA, O GENERAL ERNESTO GEISEL



ORESTES QUERÍCA, SENADOR DA REPÚBLICA, PRESTIGIA O 22º CONGRESSO (1978)



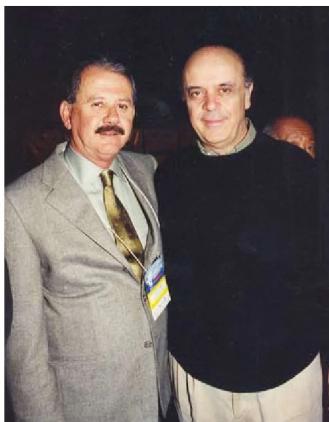
MESA DE TRABALHOS DO 22º CONGRESSO (1978), DESTACANDO-SE, AO CENTRO, O ENTÃO SENADOR FRANCO MONTORO



Governador Mário Covas, acompanhado pelo presidente da APM Celso Giglio, visita a exposição paralela do 41º Congresso (1997)



Governador Franco Montoro preside o encerramento do 29º Congresso (1985), juntamente com o presidente Wilson José e o então deputado Geraldo Alckmin



Presidente Celso Giglio recebe o então ministro José Serra no 45º Congresso (2001)



O então vice-governador Aloysio Nunes Ferreira discursa na abertura do 35º Congresso (1991)



Governador Fleury visita o 39º Congresso e é recebido pelo então presidente da APM Lincoln Magalhães e pelo prefeito do Guarujá Valdir Tamburus (1991)



Governador Geraldo Alckmin encerra o 50º Congresso (2006)



Com ele abrimos esta galeria e com ele encerramos. O governador Caípira Laudo Natel visita o 51º Congresso (2007) e é recepcionado pelo presidente da APM Marcos Monti, juntamente com a deputada Célia Leão

Associação dos municípios da araraquarense (AMA)



PRESIDENTE
DA AMA COM O
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
PAULISTA DE
MUNICÍPIOS

COM SEDE em São José do Rio Preto, a Associação dos Municípios da Araraquarense (AMA) é uma entidade de cunho municipalista, que congrega municípios da região Noroeste do Estado de São Paulo e tem como presidente o Delegado de Polícia licenciado Airton da Silva Rego, Prefeito do Município de Bady Bassitt, reeleito recentemente para o comando da entidade.

A AMA, como entidade suprapartidária, tem como objetivo defender os interesses dos municípios nas mais diversas questões, sejam políticas, econômicas ou sociais e que impactam diretamente os interesse da população.

Assim, procura atuar de maneira articulada com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Associação Paulista de Municípios (APM), interagindo nas discussões de temas de interesse geral, sempre visando a capacitação dos municípios na busca de objetivos básicos que possam ajudá-los a levar a bom termo sua missão institucional, de propiciar a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania, através de orientações sobre as políticas públicas mais adequadas a serem implementadas na consecução de seus

objetivos básicos e o enfrentamento das demandas sociais.

E foi assim que no ano de 2007, a AMA discutiu a criação do Fundeb, Simples Nacional e a Reforma Tributária, através de eventos realizados na região, além de tratativas junto ao Congresso Nacional, palco das discussões, além de outras questões peculiares aos municípios da região.

Em 2008, os desafios serão ainda maior, eis que além da agenda eleitoral e o encerramento do exercício dos mandatos de Prefeitos e Vereadores, faz-se necessário proceder o acompanhamento do fechamento das contas dos gestores, visando atender os imperativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como a observância à legislação eleitoral durante a campanha que precede o pleito que se avizinha, a fim de que sejam evitados problemas que possam ensejar

responsabilidades para os gestores e consequente prejuízos aos municípios e à própria Coletividade. *

Airton da Silva Rego
Presidente

Água de abastecimento urbano: Por que e como economizar?

HÁ MAIS DE duas décadas, o IPT desenvolve projetos de pesquisa voltados à conservação e economia de água do usuário público.

Em 1986, no Instituto, ocorreu o Simpósio Internacional sobre Economia de Água de Abastecimento Público, e, desde então, diversas pesquisas têm sido realizadas para a identificação de metodologias, equipamentos e práticas que resultem na conservação e na economia de água, um dos principais desafios do mundo atual.

Nos últimos cinqüenta anos, as cidades brasileiras cresceram acentuadamente, agravando-se, em muitas delas, os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, o que tem comprometido a qualidade de vida da população.

A água é um bem social e a população como um todo tem direito a seu acesso. O abastecimento de água e a coleta de esgoto são, dentre os serviços urbanos, os que mais promovem o bem estar da sociedade.

As cidades, carentes de planos diretores estratégicos que estabeleçam formas adequadas de ocupação do espaço urbano, tendo por pressuposto a sustentabilidade sócio-ambiental, comprometem o atendimento de serviços de infra-estrutura, em especial nas regiões de expansão do tecido urbano.

A situação da água de abastecimento urbano é crítica, já que normalmente o crescimento populacional real superlata o crescimento estimado, considerado para efeito de ampliação do sistema produtor de água tratada, afetando,

também, o projeto e dimensionamento das redes de distribuição que não comportam manter as vazões projetadas pelo aumento das novas ligações.

PERDAS DE ÁGUA NO MEIO URBANO

Toda a cidade, independente de seu tamanho, mantém um sistema de abas-

O IPT acompanhou, entre 2000 e 2007, as causas dos vazamentos registrados em vários municípios do Estado de São Paulo, com sistemas operados pela Sabesp. O resultado permitiu montar o quadro de falhas que resultaram em vazamentos nos sistemas de abastecimento de água.



tecimento de água.

É fato conhecido que os sistemas de abastecimento apresentam índices variados de perdas de água e, independente da metodologia utilizada para determiná-los, o valor médio se situa no patamar de 40%.

Estas perdas ocorrem ao longo de todo o sistema, desde a captação da água, tratamento, reserva, distribuição e uso nas residências. As fotos a seguir mostram vazamentos típicos encontrados nas cidades.

Considerando a magnitude dessas perdas, em um quadro de busca da sustentabilidade sócio-ambiental, várias frentes e programas de ação devem ser propostos, com um claro entendimento dos interesses envolvidos no tema economia de água, acompanhados de instrumentos que permitam o efeito combinado de perdas e uso racional da água.

A ECONOMIA DE ÁGUA E INTERESSES INTERVENIENTES

Os programas de conservação e de

economia de água, respeitados os níveis de abrangência, devem contemplar os diversos interesses dos agentes envolvidos com a temática.

No ponto de vista do "poder concedente ou regulador do bem e serviço", a água de uso urbano deve voltar-se às necessidades da localidade no que tange aos aspectos de atendimento da demanda, da quantidade comprometida, da qualidade da água fornecida, da estrutura da tarifa e das medidas de conservação da bacia hidrográfica. Portanto, é desejável, neste caso, que a exploração do recurso natural ocorra de forma a garantir a provisão de atendimento local atual e de sua possível expansão, ao mesmo tempo em que mantenha a qualidade ambiental, evitando a degradação.

Para os "serviços autônomos ou departamentos municipais de saneamento", o interesse vincula-se à maximização do uso do recurso natural (no caso a água) de maneira a obter o maior rendimento possível para alcançar os níveis de ganho necessários para cobrir suas despesas operacionais e de investimentos na melhoria do atendimento.

No caso do "usuário consumidor", o principal interesse é exercer seu potencial de consumidor do recurso, considerando os diversos aspectos envolvidos, como a sua propensão ao consumo, gastando menos em termos monetários e exigindo a quantidade e a qualidade de adequadas às suas necessidades.

Atualmente, tem-se adotado ações de conservação e economia de água sob

a forma de "Programas", que devem conter, em suas proposições, elementos que considerem os interesses citados, já que ações propostas a partir do ponto de vista de um interessado podem anular ou comprometer ações propostas da perspectiva de outros interessados.

A escala da economia de água a ser alcançada é função das ações conduzidas, considerando as especificidades e respectivos níveis de abrangência do ambiente objeto de intervenção.

No "macro" nível, as ações regulam a captação de água e a descarga de esgotos nos mananciais que compõem a bacia por meio da cobrança por estes usos.

No nível "intermediário", destacam-se ações de conservação e economia (combate às perdas de água na rede pública de distribuição por meio da redução dos focos de vazamentos) e ações de educação ambiental com enfoque na preservação dos recursos naturais.

No "micro" nível, o uso da água (nas edificações) é dependente dos aparelhos sanitários e dos hábitos e costumes dos usuários: introdução de equipamentos eficientes, realização de campanhas de informação e de práticas de projeto de edificações que contemplam os conceitos de economia de água.

O FEHIDRO E OS PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO E ECONOMIA DE ÁGUA

Os programas enquadram-se no FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), no âmbito do Programa de Duração Continuada, que trata da "Promoção do uso racional dos recursos hídricos", prevendo ações exclusivas para a "racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano", com "incentivo e fomento às ações voltadas para a redução de perdas e desperdícios nos sistemas urbanos de abastecimento de água" (diretrizes da deliberação 55, de abril de 2005, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos).

Assim, os programas devem ter como objetivo central a conservação ou economia de água na escala urbana, ou seja, incentivar ações a serem implementadas entre a captação e a dis-

tribuição de água tratada nas cidades, considerando as diversas etapas envolvidas neste processo.

Deve-se considerar, também, as definições para as "perdas físicas e não físicas". A primeira consiste em perdas de água no processo de operação do sistema. A segunda, consiste em perdas devidas a erros de medição de hidrômetros (sub-medição) e água não faturada (entregue, mas não faturada).

Os programas previstos são os que seguem:

• Programa de Redução de Perdas e Desperdício de Água: ações tópicas de redução de perdas, tais como a inclusão de válvulas redutoras de pressão e a reutilização da água de retrolavagem;

• Programa de Combate às Perdas e Desperdícios: ações de investigação constante de perdas e desperdícios envolvendo, além da instalação de equipamentos e procedimentos antidesperdício, um acompanhamento sistemático e contínuo das ações e seus efeitos ao longo do tempo;

• Programa de Economia de Água de Abastecimento Urbano: não só as ações abrangidas pelos programas anteriores, mas também ações de educação ambiental concentrada no uso racional da água e ações de âmbito legal, exemplo de leis de proteção de mananciais, uso e ocupação do solo, uso racional da água, reúso e reaproveitamento da água da chuva, que induzem à busca de um ambiente urbano sustentável.

O IPT tem recomendado que os municípios elaborem programas nos moldes sugeridos, lembrando da importância de incluirem todas as ações planejadas para racionalizar o uso da água, mesmo que tenham que implantá-las ao longo do tempo. É interessante, também, que os programas se tornem referência, ao longo dos anos, gerando indicadores permanentes que possam quantificar e qualificar os resultados, induzindo, assim, à busca de um ambiente urbano sustentável. *

Douglas Barreto
Engenheiro e pesquisador do IPT
dougbarr@ipt.br

Reunião da Diretoria da APM na AGEM

Agência Metropolitana da Baixada Santista, sobre o 52º Congresso Estadual de Municípios



NO DIA 01 DE ABRIL, DIRETORES DA APM ESTIVERAM EM SANTOS PARA CONVIDAR O COMPANHEIRO RUBENS LARA PARA PARTICIPAR DE NOSSO 52º CONGRESSO. NÃO MUITO TEMPO ANTES, SERIA NOSSO ÚLTIMO CONTATO, POIS NO DIA 12 NOSSO AMIGO NOS DEIXOU, RESTANDO A SAUDADE ACOMPANHADA DE SUA IMORREDOURA MEMÓRIA.



AUDIÊNCIA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DA ESM. PARA A DIR. ADÉLIO VÍRIO ANTONIO NHOLLA, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA APM; MARCOS MONTI, PRESIDENTE DA APM; DR. RONALDO AUGUSTO BRÉTAS MARZAGÃO, SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA; E DR. RAUL VINCENINI, ASSESSOR PARLAMENTAR

Financiamento pronto para o PROESCOLAR e CAMINHO DA ESCOLA.

- Capacidade exigida por lei
- Veículo de alta segurança, com barras de proteção nas laterais e sistema de reforço na dianteira e traseira.
- Baixo consumo de combustível.
- Robusto, o que garante longa vida útil.
- Excelente dirigibilidade para tráfego e manobras.
- Facilidade na manutenção e reparos.



Proescolar: destina-se a pessoas jurídicas de direito privado e público, empresários individuais e pessoas físicas.

Caminho da Escola: financiamento via Governo Federal, para Municípios, Estados e DF.

Natal de sonho, beleza e sofisticação

Das Galerias Lafayette em Paris...

Árvores de natal de 10 e 25' metros de altura, feitas com luminárias em forma de estrela.

Para uma campanha de impôsto à altura de seu orçamento.



...ao Vale do Anhangabaú, como decoradora oficial da cidade de São Paulo...



Fones: 011-5539 4391
www.estelar.com.br

Coincidência

Por Claudio Manesco

NO INÍCIO da década de 70 não era nada trivial a ligação entre a capital e cidades mais longínquas do interior. A malha rodoviária ainda era repleta de trechos de terra e as linhas de ônibus tinham uma grande reduzida de horários.

Portanto, se hoje é comum alguns interioranos visitarem São Paulo para compras, atividades políticas e comerciais, nessa época era uma grande raridade, quase um acontecimento.

Vereador e comerciante de máquinas agrícolas, José era um exceção. Semana sim, semana não, enfrentava toda a sorte de dificuldades, mas lá estava ele perambulando pela Florêncio Abreu, Avenida Mercúrio, Prestes Maia e adjacências.

Na cidade de José havia um personagem folclórico, o Djanir – popularmente conhecido por Dija. Tinha a fama de não ser lá muito bom da cuca e vivia perambulando pelo mundo fazendo coisas improváveis, sonhando acordado, falando sobre o impossível.

Uma vez em plena Florêncio de Abreu, estava ele a comprar um motorzinho a gasolina de 2 tempos. Olha daqui, olha de lá, compara os preços e enfim fecha negócio. Na hora de pagar sacou seu cheque pessoal. O vendedor olhou e percebeu que o cheque era de outra praça.

— Não podemos aceitar cheque de outra praça, a não ser que o senhor faça um cadastro, mas a aprovação demora pelo menos uma semana. “A alternativa é o aval de algum cliente que já tenha cadastro conosco”.



Dija reagiu indignado.

— O senhor não tem a menor idéia do que está fazendo. Eu tenho crédito e todo mundo me conhece. Veja só, vou até a rua e vou chamar um conhecido meu para resolver o problema.

Dito e feito. Dirigiu-se à calçada e para a surpresa do vendedor de um grito.

— Zé, dá um pulo aqui. Preciso que você avalize uma compra minha.

Coincidência da vida. O comerciante José estava passando por ali, era da mesma cidade de Dija e – acredite quem quiser – era cliente habitual da loja,

Até hoje o vendedor deve pensar: “Quem será essa tal de Dija?” •

Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: claudio@bureauideias.com.br